

LEI EM CAMADAS

Organização, recuperação e análise normativa assistida por inteligência artificial

LAYERED LAW

Organization, retrieval and normative analysis supported by artificial intelligence

Renato Fabiano Matheus

Banco Central do Brasil

Estácio

Pesquisador independente

E-mail: matheus.renatofabiano@gmail.com

ORCID: 0000-0001-5797-1973

RESUMO

Este resumo expandido apresenta o modelo Lei em Camadas, uma proposta metodológica e computacional para organizar, recuperar e analisar textos normativos por meio de citações, remissões e dependências explícitas entre documentos. O problema de pesquisa é como tornar visíveis, pesquisáveis e auditáveis as camadas informacionais que sustentam leis, editais, contratos, regulamentos e atos administrativos. A proposta conecta Ciência da Informação, Organização do Conhecimento, metadados, proveniência e inteligência artificial, tratando o texto jurídico como objeto informacional estruturado e não como documento isolado. O método parte de um documento-base, denominado Camada 0, identifica referências diretas como Camada 1 e expande a análise para camadas sucessivas, gerando uma rede de dependências normativas e possíveis alertas. A contribuição esperada não é automatizar a interpretação jurídica, mas apoiar leitura humana, controle público, memória institucional e uso responsável de IA em ambientes normativos complexos.

Palavras-chave: inteligência artificial; organização da informação; recuperação normativa; metadados jurídicos; controle textual-normativo.

ABSTRACT

This extended abstract presents the Layered Law model, a methodological and computational proposal for organizing, retrieving and analyzing legal and normative texts through explicit citations, references and dependencies among documents. The research

problem is how to make visible, searchable and auditable the informational layers that sustain laws, calls for proposals, contracts, regulations and administrative acts. The proposal connects Information Science, Knowledge Organization, metadata, provenance and artificial intelligence, treating legal texts as structured informational objects rather than isolated documents. The method starts from a base document, called Layer 0, identifies direct references as Layer 1 and expands the analysis to subsequent layers, generating a network of normative dependencies and possible alerts. The expected contribution is not to automate legal interpretation, but to support human reading, public control, institutional memory and responsible use of AI in complex normative environments.

Keywords: artificial intelligence; information organization; normative retrieval; legal metadata; textual-normative control.

REFERÊNCIAS

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

FERREIRA, A. C. Ranganathan and the faceted classification theory. **Transinformação**, v. 29, n. 3, p. 279-288, 2017.

LEBO, T. *et al.* PROV-O: The PROV Ontology. W3C Recommendation, 30 Apr. 2013.

RANGANATHAN, S. R. **Prolegomena to Library Classification**. 3. ed. Bombay: Asia Publishing House, 1967.

WILKINSON, M. D. *et al.* The FAIR Guiding Principles for scientific data management and stewardship. **Scientific Data**, v. 3, 160018, 2016.